

Ata Nº 01/2016

Aos doze dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, pelas 20h30horas, no Auditório do Complexo de Piscinas do Jamor, reuniu, em primeira convocatória, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Natação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada a dia 17 Outubro 2015 -----
- 2 – Discussão e votação do Relatório de Contas e de Atividades do ano de 2015. -----
- 3 – Diversos -----
-

Os trabalhos tiveram início às 21h00. Estando a Mesa apenas composta pelo Presidente, Luis Baptista, foi questionada a Assembleia no sentido de dois Delegados se voluntariarem para a mesa. Não havendo resposta, este convidou a TOC e uma Técnica da FPN respetivamente Marta Bastos e Isabel Lavinha para completarem a mesma, no que obteve a concordância da Assembleia.-----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respetivas presenças: -----

	Nome	Presente	Ausente
1	ALBERTO MOTA BORGES	✓	
2	ALEXANDRE CARMO DA LUZ FERNANDES		✓
3	ALFREDO ANTÓNIO GOUVEIA FERRARIA		✓
4	ANÍBAL FERNANDO CABRAL PIRES	✓	
5	ANTÓNIO PEDRO GASPAR DAMASCENO	✓	
6	ARSENIY LAVRENTYEV		✓
7	AUGUSTO MOTA DA SILVA		✓
8	AVELINO DA SILVA	✓	
9	CARLOS JOSÉ FURTADO CRUCHINHO	✓	
10	CARLOS JOSÉ OLIVEIRA FERNANDES	✓	
11	CARLOS MANUEL MARTINS DE FREITAS	✓	
12	EDGAR PINTO DE OLIVEIRA	✓	
13	ELMANO JOSÉ R. ALMEIDA DE FREITAS		✓
14	FERNANDO ANTÓNIO M. COSTA XAVIER	✓	
15	GONÇALO V. R. ABRUNHOSA E SOUSA		✓
16	JAN GIN QUON	✓	
17	JOÃO AUGUSTO SERRA ALEXANDRE	✓	
18	JOÃO LUIS DA SILVA LOUREIRO	✓	
19	JOÃO PAULO FERNANDES		✓
20	JOÃO PAULO SOARES RODRIGUES	✓	
21	JOSÉ A.M. CARVALHO PINTO NÓBREGA	✓	
22	MANUEL DA SILVA PEREIRA		✓

23	MARIA GABRIEL BARROCA		✓
24	MARIA ISABEL LIMA MENDES PINHEIRO	✓	
25	MARIBEL SANTOS FERNANDES		✓
26	MÁRIO ANTÓNIO R. CORREIA PEREIRA		✓
27	NUNO MIGUEL PRAZERES BATALHA	✓	
28	NUNO RAFAEL CARDOSO ALVES		✓
29	PAULO ALEXANDRE V. REBOCHO AMARAL	✓	
30	PAULO JORGE RIBEIRO MARQUES	✓	
31	PEDRO ANDRÉ CARNEIRO MORAIS		✓
32	PEDRO MIGUEL QUEIROZ MEIRA CRUZ	✓	
33	PEDRO MORTÁGUA SOARES		✓
34	RUI LUÍS BATALHA BRAGA MOREIRA		✓
35	RUI PAULO LEITÃO BORGES	✓	
36	SIMÃO PEDRO GOMES MORGADO		✓
37	TIAGO MANUEL GRAÇA MOTA E COSTA	✓	
38	VERA CRISTINA NUNES COSTA	✓	

 Estiveram presentes 22 delegados, perfazendo um total de 22 votos -----

Após as boas vindas pelo **Presidente da Mesa**, deu-se início aos trabalhos de acordo com a ordem previamente estabelecida: -----

Ponto 1 – O **Presidente da Mesa da Assembleia Geral** questionou se todos os delegados tinham recebido a ata da última Assembleia e se haveria alguma consideração a fazer. -----
 O delegado **Carlos Freitas** solicitou que, tratando-se de uma ata com registo gravado (áudio) gostava que fosse transcrito para a mesma as considerações que foram feitas, relativamente ao Regulamento de transferências -----
 Considerando o exposto, o **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**, informou que se procederia à reformulação da ata e a mesma seria reenviada para nova apreciação e posterior votação. -----

Ponto 2 – O **Presidente da Mesa da Assembleia Geral** deu a palavra ao Presidente da FPN para apresentação do Relatório e Contas da atividade 2015. -----

O **Presidente da FPN** fez uma pequena apresentação em suporte de vídeo, com referência aos momentos de relevo de atividade da FPN em 2015 e feita uma apresentação relativamente aos indicadores da atividade por disciplina, aferindo a evolução ou involução dos dados, comparativamente aos anos transatos. Foi apresentado o mapa comparativo de execução financeira por atividade. -----

Terminada esta apresentação, foi dada a palavra aos delegados, com as seguintes inscrições:
Carlos Fernandes: Situação do campus aquático de MOV; Subsidio atribuído às AT's, uma vez que no caderno I evidenciava um aumento, mas no caderno II do R&C rubrica 16 o valor diminuía; Monitores do Jamor – Receitas Vs Despesas para a FPN; Verba de apetrechamento do Estádio Universitário, qual o retorno para os clubes associados da FPN; Apoio específico aos 3 meetings internacionais; Situação do técnico de PA, Paulo Metz; Prémios e Menções, referindo que não vota em causa própria, não concorda com os critérios de atribuição das medalhas de Ouro aos Presidentes das AT's e revela alguma preocupação relativamente à massificação de medalhas e prémios atribuídos; -----

O **Presidente da FPN** respondeu às questões colocadas, referindo que existe um acordo extra judicial com a empresa proprietária do Campus Aquático, para restituição do valor pago. Acordo esse que ainda não foi assumido pela outra parte. Se no final de 2016 a situação se

mantiver inalterável, passará para a via judicial. O subsídio manteve-se o mesmo, contudo em 2014 receberam o ressarcimento de valores de anos anteriores. O contrato com o Jamor, assim como com outros municípios, trás vantagens aos próprios, pois para contratação de técnicos deixam de ter de realizar concurso público, uma vez que a FPN lhes dá o enquadramento legal necessário, por se tratar de uma entidade com estatuto de utilidade pública. Para a FPN o ganho está na gestão dos espaços, bem como a reserva de gestão em 15% do volume de contrato. Isto é, depois do pagamento aos técnicos e IVA a FPN tem uma comissão de gestão de 15%. A verba diz respeito à substituição dos tamos de blocos, necessários para entre outros, a realização do meeting internacional de Lisboa. O retorno para os clubes associados é o pagamento de valor hora da pista a um preço mais em conta, bem como o aumento da média de utilização de pista. A FPN atribui um montante de 3.000€ a cada AT que organize o meeting (ANL, ANC, ANNP, ANALG), desde que as mesmas assumam todos os encargos com os mesmos, bem como os encargos com as seleções nacionais que participam neles. Relativamente a Lisboa, a associação não assumiu esses encargos, ficando os mesmos a cargo da FPN num valor de 7.000€. A situação do Paul Metz mantém-se igual, sendo o responsável pelo programa de capacitação técnica do Polo Aquático, bem como o responsável pelas seleções de Sub13 e Sub15. O Presidente afirmou discordar do delegado no que à atribuição da medalha de ouro a presidentes das AT's diz respeito, pois na sua opinião quem esteve à frente de uma AT durante 12 anos, prestou um serviço público, pelo que deve ser reconhecido por tal. -----

Pedro Cruz: Sugeriu que também fosse atribuída a medalha de Ouro ao antigo Presidente da ANMinho António Moura. -----

Alberto Borges: Questionou se relativamente a MOV, se pode invocar responsabilidade à FPN e quanto ao R&C solicitava esclarecimento à antecipação de verbas para o evento do IPC. ----- O Presidente da FPN esclareceu que na situação de MOV, o que terá de ser restituído é o sinal e nada mais, não podendo nada ser imputado à FPN e no que ao R&C diz respeito, por se tratar de uma questão técnica passou a palavra à TOC Martas Bastos que esclareceu que se tratava de uma regra contabilística, na qual sempre que temos movimentação de verba, estas tem de ser registadas. Existem movimentos de tesouraria (entradas e saídas de dinheiro), mas sem serem despesas ou proveitos. -----

Tiago Costa: Abordou a situação atual do Pólo Aquático dividindo-a em três patamares, Seleções nacionais – no qual enalteceu o esforço feito pela direção da FPN que resulta na melhor classificação de sempre da seleção feminina numa Europeu – 10º Lugar e da seleção masculina – 18º lugar no ranking, contudo reforçou que a inexistência de seleção Sub19 e Sub17 pode condicionar o crescimento e aparecimento de novas fornadas de jogadores para a seleção sénior; Competições nacionais organizadas pela FPN e na qual considera que o fato de existir número impar de equipas na 1ª divisão masculina (7) e no escalão feminino (5), não passa uma boa imagem da modalidade e deixa-a coxa; Trabalho que está a ser feito e na sua opinião bem feito a nível dos escalões de Sub15 e Sub13. -----

António Damasceno: Solicitou mais um esclarecimento relativo a MOV, no qual questionou se o acordo extrajudicial a que o Presidente da FPN já se tinha referido, estava por escrito e assinado pelas partes ou se a sua existência resumia-se a troca de emails que tinha sido feita e que o Presidente fez referência. Questionou também sobre os critério de atribuição de verbas às AT's, tendo inclusive referido que na altura em que a ANC contraiu uma dívida de 60.000€ em sede de AG não foi aprovada qualquer medida de apoio, tendo sido a CMC a assumir o pagamento dessa dívida. Referiu também que estava acordado que a FPN assumiria os custos das provas que dessem prejuízo, e que foi atribuído à ANC o CNLG indoor de AA, ao qual a AT não se candidatou. -----

O Presidente da FPN esclareceu que existe um acordo verbal e escrito entre a FPN e a Empresa. Neste momento o que está em falta é o cumprimento do acordo por parte da empresa e que passa pela devolução de 50% do sinal. Relativamente aos valores do contrato programa, o de 2014 diz respeito ao ressarcimento de 50% do de 2006. Em 2015 os valores do contrato programa contemplavam os subsídios aos Meetings. Foi ainda esclarecido que foi dado um apoio a nível dos torneios zonais, às AT's que solicitaram e que apresentam um rácio de solvência mais problemático (ANMIN, ANALEN e ANDS). Foi ainda esclarecido que neste momento já não se elaboram contratos programas separados com o IPDJ, mas sim um único que engloba tudo, daí nas contas apresentadas surgir um valor global, não diferenciado competições nacionais de internacionais. -----

Carlos Fernandes: Referiu que discordava da forma como eram calculados os rácios de solvência, considerando que pelo princípio federativo os mesmos não eram corretos. -----

Carlos Freitas: Levantou as seguintes questões relativas ao Caderno I do plano de ação: Qual a base e fundamentos para criação dos rankings de UPD que passou a FPN de 16º para 3º no ranking; Que benefício tem a FPN e os seus associados a curto / médio prazo por ter aumentado o número de filiados (45.000); Como e de que forma é feita a fiscalização dos processo de certificação das piscinas; Que indicadores foram considerados para aferir e afirmar que existiu uma duplicação de atividades em quase todas as disciplinas; Qual a razão para as sucessivas alterações aos regulamentos desportivos; Os gastos com a criação e organização de ações de controlo e avaliação correspondem aos resultados expectados para as mesmas, visto do prisma do nadador e do treinador. Qual a regularidade das ações e qual a eficácia das mesmas; Especificar qual o aumento do nível dos resultados desportivos. -----

O Presidente da FPN prestou esclarecimentos: A atribuição de financiamento por parte do IPDJ às federações desportivas com estatuto de UPD tem por base dois critérios com igual peso – Histórico da federação e o ranking que ocupa: Número de filiados é um dos indicadores métricos para definir a posição que ocupa cada federação no ranking de UPD. O aumento exponencial de filiados fez com a que a federação passasse para 3º lugar e que a prazo, esta subida terá como repercussão o aumento do financiamento atribuído; Existem dois tipos de certificação – A certificação de escolas de nataçã no âmbito do PAN e a certificação integrada de infraestruturas e que resulta de um acordo comercial celebrado entre a FPN e a empresa Sotécnica, não passando este processo pela alçada da federação. Através do PAN, foi possível chegar a estruturas que se encontravam fechadas e que foram reabertas, aumentar a segurança e qualidade das instalações para os praticantes bem como a melhoria dos serviços através da certificação técnico-pedagógica das escolas de nataçã. A duplicação de atividades existiu, estando as mesmas especificas por setor e disciplina do relatório e contas, seja através do aumento de participações em competições internacionais, momentos de estágio, ações de controlo e avaliação, etc. Todas as alterações realizadas nos regulamentos foram feitas no sentido de beneficiar a nataçã, os atletas e os clubes. Apesar de se considerar que deve existir maior estabilidade nos regulamentos durante um quadriênio, no que diz respeito a locais de realizaçã das competições e logística inerente á realizaçã das mesmas, tal não implica que se realizem alterações, que sirvam para beneficiar a própria competiçã. Todas as alterações foram aprovadas em sede de direçã; Tem existido um retorno (evoluçã dos nadadores) com a realizaçã das ações de controlo e avaliação, uma vez que existe uma equipa multidisciplinar e de reconhecido mérito científico e enquanto treinadores de nataçã a trabalhar com os nadadores; O processo passa por falar com os treinadores e nadadores de modo a aferir as necessidades a nível de avaliação; As ações de avaliação e controlo não servem simplesmente para obtençã de dados para estudos, mas sim a obtençã desses mesmos dados é consequência e fruto do trabalho que se realiza; A evoluçã dos resultados desportivos estão espelhados e reflete-se em todas as disciplinas; Águas Abertas – Numa altura em que existe uma maior densidade de crescimento internacional da disciplina, os resultados dos nadadores Portugueses tem vindo gradualmente a melhorar; Nataçã Sincronizada – pela primeira vez obteve-se pontuaçães muito perto dos 70 pontos; Nataçã Pura Desportiva – Aumento do número de recordes nacionais em PL e PC batidos; Polo Aquático – Setor feminino obteve a melhor classificaçã de sempre num europeu (10º Lugar). No setor masculino melhor resultado de sempre no ranking (18º lugar); Esta evoluçã é mérito dos clubes que trabalham os nadadores. À FPN cabe fornecer as ferramentas e disponibilizar os meios de trabalho necessário. -----

Carlos Freitas: Questionou: Qual a entidade responsável pela certificação das escolas de nataçã. Sendo o Pedro Mortágua, não existe uma incompatibilidade com as funções de delegado da AG? Sendo o PAN um projeto que envolve dinheiro, que verbas são pagas e a quem são pagas? Existe uma vulgarizaçã dos prémios e mençães atribuídas, bem como alguma injustiça nos mesmos. -----

O Presidente da FPN respondeu: A APTN é a entidade responsável pela formaçã e certificaçã de escolas de nataçã no âmbito do PAN, tendo sido protocolado um contrato programa entre as partes. Por via deste contrato programa, é prestado um serviço por delegaçã de competências que constitucionalmente deveria ser assegurado pela FPN, mas não sendo possível, é reconhecida à Associaçã de Classe a capacidade de executar esse mesmo papel em dois vetores – formaçã por via do seu congresso anual e através do

processo de certificação das escolas de natação; Após a AG de 17 de Outubro de 2015, o delegado Carlos Freitas enviou para o Presidente da mesa da AG e Presidente da FPN uma carta na qual levantava algumas questões sobre a incompatibilidade de funções de alguns membros da AG (Simão Morgado, José Almeida e Pedro Mortágua). O Presidente da Direção considerou que tinha o dever moral e ético de avisar os delegados em questão, o que foi feito no imediato; Existe um quadro de obrigações contratuais fruto da elaboração do contrato programa e no qual é transferida uma verba sempre que existe a prestação de um serviço. Cabe à APTN esclarecer os seus associados por via do seu relatório de gestão, de que forma aplica e usa a verba que recebe e se realiza algum pagamento a membros. -----

O Presidente da FPN propôs ainda que a votação de prémios e menções fosse feita em separado do relatório de atividades e contas, bem como a inclusão do nome do ex-Presidente da ANMIN António Moura para medalha de Ouro. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral sobre o assunto de eventuais incompatibilidades considerou que esse aspeto é muito importante no funcionamento de uma Federação, cabendo, numa primeira instância, a cada pessoa verificar se as funções que desempenham em diferentes órgãos são incompatíveis de acordo com a lei. Numa segunda instância compete aos respetivos Presidentes de cada órgão verificar eventuais incompatibilidades que tenha nas suas equipas, sob pena de que decisões dos órgãos possam vir a ser anuladas.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral aceitou a proposta para que a votação de prémios e menções fosse feita em separado do relatório de atividades e contas, tendo em seguida convidado o Conselho Fiscal a proceder à leitura do seu parecer relativo às contas do exercício 2015. -----

Após essa leitura foi posto à votação o relatório de contas que foi aprovado por maioria com 21 votos a favor e 1 voto contra. -----

Foi posto à votação o relatório de atividades que foi aprovado por maioria com 18 votos a favor e 4 abstenções. -----

Antes da votação para as Propostas relativas às Distinguições Honoríficas, o delegado João Loureiro, entendeu por uma questão de ética, sair da sala, antes da votação. -----

Efetuada as respetivas votações, obteve-se o resultado seguinte: Sócios de Mérito – Aprovado por maioria, com 5 abstenções. Medalha de Ouro – Aprovado por maioria, com 5 abstenções. Medalha de Prata – Aprovado por maioria, com 8 abstenções. Medalha de Bronze – Aprovado por maioria com 9 abstenções. -----

Ponto 3 – **O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** deu a palavra aos delegados, com as seguintes inscrições: -----

Jan Gin Quon: Questionou sobre a não nomeação de árbitros da ANMIN para provas nacionais como o Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada ou o Campeonato Nacional de Verão de Águas Abertas com o argumento de que os locais de realização das competições distanciam-se da área geográfica dos mesmos. Aproveitou também para questionar sobre a autonomia do CNA.-----

O Presidente da FPN informou que, relativamente ao CNA, existe um orçamento por competição e que o mesmo tem de ser respeitado. A convocatória dos árbitros por parte do Órgão é autónoma mas feita com base no orçamento. Sempre que o mesmo é excedido cabe ao CNA executar as retificações necessárias de forma a estar em cumprimento. A gestão da convocatória bem como a exclusão e inclusão de árbitros é de exclusiva responsabilidade do CNA. Foi também referido que por vezes os árbitros das AT's mais próximas ao local de realização da competição, uma vez convocados solicitam dispensa da prova, dando lugar a outros árbitros nacionais de AT's mais distantes. No sentido de inverter esta situação, sugeriu a FPN ao CNA que existisse uma reformulação nos regulamentos, de modo a que passasse a existir um carácter obrigacional de uma percentagem de árbitros serem do CRA da AT mais próxima ao local da competição. -----

Vera Costa: Manifestou a sua discordância com essa proposta, uma vez que nem todas as Associações têm árbitros disponíveis. Aproveitou ainda a sua intervenção para explicitar que o fato de haver árbitros a renunciarem à convocatória dando lugar a outros colegas, está relacionado com a forma como é efetuado o pagamento por prova e as sucessivas mudanças que tem existido no mesmo. -----

O Presidente da FPN voltou a informar que a proposta feita ao CNA foi uma sugestão e não uma obrigatoriedade. -----

Fernando Xavier: Manifestou preocupação na forma como são organizadas as provas pela FPN, fazendo referência à competição que se encontra a decorrer – Campeonatos Nacionais, Juvenis, Juniores e Absolutos, questionando se uma competição com mais de 800 nadadores dignificava a natação portuguesa. -----

O Presidente da FPN respondeu que considerava o modelo utilizado por um lado uma mais-valia, pelo número de participantes presentes em competição, mas que por outro lado tornava as sessões com maior duração e que essa questão tinha de ser alterada, havendo para o efeito três soluções: limitar o número de provas por nadador, dificultar os TAC's de acesso, o que limitaria o número de nadadores participantes ou aumentar o número de sessões. -----

António Damasceno: Questionou a Mesa da AG e o seu Presidente, sobre a possibilidade das eleições dos órgãos sociais para a FPN ocorrerem após as eleições dos delegados de cada AT e não antes. -----

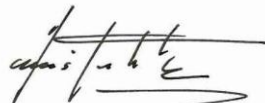
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral explicou que existe a obrigatoriedade legal de as eleições para os órgãos sociais da FPN decorrerem no último trimestre do último ano do ciclo Olímpico e que cabia a cada AT agendar as suas eleições de acordo com o exigido nos seus respetivos estatutos.-----

O Presidente da FPN pediu a palavra para informar todos os membros da AG que se iria recandidatar à presidência da direção da FPN para o quadriénio 2016 – 2020. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral felicitou os membros da AG que foram distinguidos com a medalha de ouro; informou que a eleição de delegados à AG foi agendada para dia 2 de Julho, sendo que os cadernos eleitorais provisórios estariam disponíveis a 18 de Março; informou que foi decidido por si, de acordo com a lei, estatutos e regulamentos, que as eleições seriam realizadas todas no mesmo dia, ficando apenas por definir os locais e os horários definitivos das diversas assembleias de voto. Por último referiu que sendo esta, provavelmente, a última Assembleia Geral antes das eleições para delegados, agradeceu o empenho e desempenho de todos nas suas funções durante estes três anos de trabalho. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das vinte e quatro horas. Dos trabalhos foi efetuada a gravação dos mesmos, que ficará em arquivo no servidor da FPN. Foi ainda lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Luís Liberato Baptista